

## **51º CONAD atualiza planos de lutas da categoria docente e empossa nova diretoria do ANDES-SN**

**MEC define progressão de Professor Associado e Classe Especial**

*Páginas 2-4*

**Nota da Presidência do ANDES-SN sobre o parcelamento dos efeitos retroativos da MP nº 295/06**

*Página 4*

**Informes Jurídicos da ADUR-RJ**

*Página 5*

**Direito de resposta dos Professores Jaqueline de Lima Pires e Carlos Eduardo da Silva Costa**

*Páginas 9-12*

**Convite para a Festa Julina da ADUR-RJ, dia 27 de julho**

*Página 12*



FOTO: ALINE PEREIRA

*Paulo Rizzo, novo presidente do ANDES-SN, assina a Ata de Posse, durante o 51º CONAD. Ao lado, a ex-presidente Marina Barbosa Pinto, e o ex-secretário Márcio A. de Oliveira.*

*Leia mais nas páginas 5-9*

### **Assembléia Geral Extraordinária da ADUR-RJ**

Convocamos os associados da ADUR-RJ para a Assembléia Geral Extraordinária que acontecerá no dia 1º de agosto, às 9h, no Auditório Gustavo Dutra (Gustavão).

Pauta:

- 1) Situação dos Planos de Saúde;
- 2) Composição da Comissão de Saúde.

**Participe!**

# MEC define progressão de Professor Associado e Classe Especial

Com a Portaria nº 7, de 29 de junho de 2006, publicada no Diário Oficial da União no último dia 30, o Ministério da Educação regulamentou a progressão para a Classe de Professor Associado. De acordo com a referida Portaria, o MEC estabelece que, em prazo de 60 dias, o Conselho Superior da IFES (Instituições Federais de Ensino Superior) instituirá banca examinadora, visando a progressão funcional de professores do Ensino Superior e do Ensino Médio e Fundamental, à classe de Professor Associado e à Classe Especial, respectivamente.

De acordo com a Portaria nº 7, apenas os professores que estão há, no mínimo, dois anos como Adjuntos nível 4 passam à Associado, nível 1, desde que observem critérios específicos, que serão apresentados.

## **Relembrando alguns fatos: do Projeto de Lei à Medida Provisória. Da Medida Provisória à Portaria nº 7**

A Portaria nº 7 baseia-se na Medida Provisória nº 295/06 – imposta pelo Governo Federal, e que inclui pontos que foram rejeitados pela categoria docente e pelo ANDES-SN. É preciso lembrar, brevemente, o processo que originou à referida Portaria.

Em 2005, o Movimento Docente viveu uma das maiores greves da sua história, envolvendo 39 instituições, que paralisaram suas atividades por mais de cem dias. A pauta de reivindicação docente incluía, principalmente, a reposição salarial de 18% e a incorporação das gratificações aos salários. Outra reivindicação importante, em consonância com as deliberações do 24º Congresso do ANDES-SN, era a efetivação do plano de carreira única do Sindicato Nacional, respeitando a paridade e a isonomia, e contemplando professores do ensino médio, fundamental e superior, assim como aposentados.

Durante a greve do ano passado, o governo utilizou-se de artimanhas levianas, como convidar o Proifes (Fórum de Professores das IFES) – “entidade” paralela ao ANDES-SN – para sentar-se à Mesa de “Negociações”. Tal convite, conforme afirmado pelo Ministro da Educação, foi uma estratégia política. Este estratagem nada mais foi do que uma tentativa de divisão do movimento docente, pretendendo dificultar a chegada a um denominador comum.

Outra estratégia adotada pelo governo federal foi realizar negociações em separado com o SINASEFE (Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional), não permitindo a participação dos representantes do ANDES-SN. Ao final da greve, o SINASEFE saiu com uma promessa de reajuste salarial de 12%, contemplando os professores de 1º e 2º graus.

Arbitrariamente, o governo rompeu as negociações com o ANDES-SN, anunciando, via imprensa de grande circulação, a

criação de um Projeto de Lei, que alteraria a estrutura e a remuneração da Carreira do Magistério Superior. Este PL, identificado pelo número 6.368/05, foi encaminhado ao Congresso em dezembro do ano passado, e não contemplava as reivindicações do Movimento Docente, já que feria os princípios de isonomia e paridade defendidos pelo Sindicato Nacional.

O PL esteve durante meses no Congresso Nacional, e não foi apreciado pelos parlamentares. O governo viu-se pressionado pelo tempo, já que 2006 é um ano eleitoral, e transformou o PL na Medida Provisória (MP) nº 295/06.

A Medida Provisória nº 295/06 dispõe, entre outras questões, das alterações no PUCRCE (Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, de que trata a Lei nº 7596, de 10 de abril de 1987), com a inclusão da classe de professor associado (magistério do terceiro grau) e, no caso da carreira do magistério de 1º e 2º grau, da criação da classe especial após o nível E. A Medida Provisória, assim como já anunciado pelo PL, não inclui os aposentados, ferindo, novamente, a paridade.

Após a publicação da MP pelo governo federal, o ANDES-SN denunciou o caráter produtivista e a criação de “nichos de excelência” que tangem à progressão para a nova classe. Tal caráter está explícito na Portaria nº 7, que define as atribuições necessárias para essas progressões às classes de Professor Associado ou Professor Especial, bem como a forma de funcionamento e os parâmetros específicos para avaliação do desempenho acadêmico, referidos naquela norma.

Como prevê o parágrafo 4º desta portaria, entre eles estão a produção intelectual, abrangendo a produção científica, artística, técnica e cultural, representada por publicações avaliadas de acordo com a sistemática da CAPES e CNPq para as diferentes áreas do conhecimento; a prática de pesquisa; os projetos de extensão; as atividades administrativas (cargos de chefia, direção, coordenação, assessoramento); representação em colegiados, bem como a representação sindical.

O fato é que o governo federal não tem enfrentado o problema da Universidade pública de frente. Encontra medidas paliativas que não resolvem alguns impasses há muito denunciados pelo ANDES-SN, como a não contratação efetiva de professores e técnico-administrativos, assim como a falta de investimento em condições de trabalho e em infra-estrutura.

A rejeição à MP 295 não deve impedir, no entanto, que toda a comunidade atue, critique e lute pelos princípios históricos do movimento, na adoção desta norma pelas IFES. É preciso refletir sobre o que está disposto, considerando, principalmente, o papel destas instituições na sociedade. Não é possível calar-se diante do que está sendo proposto pelo MEC, pois os professores, unidos, têm condições de enfrentar ao governo, embora tal luta exija muita disposição.

## **O que diz a Portaria nº 7**

Segundo a Portaria em questão, existem alguns critérios para a progressão funcional à classe de Professor Associado. São eles:

1. estar há dois anos, no mínimo, no último nível da classe de Professor Adjunto;
2. possuir título de Doutor ou Livre-Docente;
3. ser aprovado em avaliação de desempenho acadêmico, a ser realizada por uma banca examinadora, constituída para este fim, no âmbito de cada IFES.

O Conselho Superior da IFES instituirá banca examinadora, que deverá ser composta por professores que possuam o cargo de Titular, integrantes ou não do quadro de servidores das Instituições, ou por professores ou pesquisadores de outras carreiras, desde que possuam o título de Doutor. Essa banca deve ser composta por, no mínimo, três membros, podendo haver mais de uma banca examinadora, se necessário.

O processo de avaliação do desempenho acadêmico será acompanhado também pela Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD), levando em consideração os itens, conforme transcrito do artigo 4º da Portaria nº7, que envolvam as seguintes atividades:

*“I - de ensino na educação superior, conforme art. 44 da Lei 9.394/96, assim compreendidas aquelas formalmente incluídas nos planos de integralização curricular dos cursos de graduação e pós-graduação da IFES;*

*II - produção intelectual, abrangendo a produção científica, artística, técnica e cultural, representada por publicações ou formas de expressão usuais e pertinentes aos ambientes acadêmicos específicos, avaliadas de acordo com a sistemática da CAPES e CNPq para as diferentes áreas do conhecimento;*

*III - de pesquisa, relacionada a projetos de pesquisa aprovados pelas instâncias competentes de cada instituição;*

*IV - de extensão, relacionada a projetos de extensão aprovados pelas instâncias competentes de cada instituição;*

*V - de administração, compreendendo atividades de direção, assessoramento, chefia e coordenação na IFES, ou em órgão dos Ministérios da Educação, da Cultura e da Ciência e Tecnologia ou outro, relacionado à área de atuação do docente;*

*VI - representação, compreendendo a participação em órgãos colegiados, na IFES, ou em órgão dos Ministérios da Educação, da Cultura e da Ciência e Tecnologia, ou outro, relacionado à área de atuação do docente, na condição de indicados ou eleitos, bem como de representação sindical;*

*VII - outras atividades não incluídas no plano de integralização curricular de cursos e programas oferecidos pela instituição, tais como orientação e supervisão, participação em banca examinadora e outras desenvolvidas na instituição pelas quais o docente não receba remuneração adicional específica”.*

Os docentes interessados em ascenderem à classe de Professor Associado deverão comprovar a realização das atividades acima citadas, apresentando relatório individual de atividades e currículo devidamente assinado. O relatório deve expressar as atividades desenvolvidas a partir da promoção à Adjunto, nível 4.

## **Provocando o debate**

Para provocar o debate, transcrevemos a contribuição do nosso companheiro Luís Mauro Magalhães, ex-diretor da ADUR-RJ e membro do nosso Conselho Editorial:

Tendo em vista as considerações acima, algumas questões são relevantes para a reflexão da comunidade, dentre muitas que certamente surgirão ao longo da discussão. O prazo para as IFES estabelecerem as progressões às classes de Professor Associado e Classe Especial é de 60 dias após a sua publicação. Isso significa que ele se esgota ao final do próximo mês de agosto. Com tempo tão curto, a participação ampla da comunidade docente e de seus representantes deveria ser articulada rapidamente, de maneira que o processo de discussão dos parâmetros para avaliação e da formação das bancas se dê de maneira transparente e democrática.

Além disto, hoje, a progressão dentro das classes de Auxiliar, Assistente e Adjunto segue uma rotina distinta da que está estabelecida na Portaria nº 7, e esta questão deve ser trazida para este debate. É importante que todos leiam a portaria em questão e reflitam sobre os critérios para a progressão à Classe de Professor Associado. É igualmente importante contarmos com a participação dos professores do ensino médio e fundamental em relação à progressão a Classe Especial, uma vez que também serão atingidos pela referida Portaria.

Um ponto importante se refere ao reconhecimento da atividade sindical. A atuação na diretoria de nossa seção sindical demanda uma carga de trabalho, responsabilidade e tempo, no mínimo equivalente aos cargos de administração da universidade, como chefias e coordenações de curso. Observa-se, nos últimos anos, crescente dificuldade para a formação de chapas que possam dar continuidade à luta por melhores condições de trabalho, salário e às políticas defendidas pela classe docente. A implantação da GED certamente agravou este quadro. Integrar a diretoria da ADUR-RJ S. SIND deve ser considerada parte importante da atividade dos trabalhadores, merecendo o reconhecimento evidenciado.

É importante manter a qualidade acadêmica, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, e as demandas advindas destas atividades. Por outro lado, vale ressaltar que é preciso discutir de que forma estas demandas são mantidas; não secundarizando as condições de trabalho docente. Os critérios não podem deixar de considerar a realidade e as especificidades de cada Instituição, a situação atual dos recursos humanos e materiais de apoio, e as peculiaridades de cada área de conhecimento. A produção docente não pode ter como efeito a super exploração dos professores e o avanço sobre suas horas de descanso, lazer e de convivência familiar, conforme tem se baseado nos últimos anos. A produtividade da atividade docente não pode refletir a lógica do capital, roubando os momentos de lazer ao ultrapassar o horário máximo de trabalho diário. Ao se buscar compatibilizar parâmetros aos índices exigidos por órgãos externos (como as agências de fomento, entre outros), deve-se buscar também compatibilizar a qualidade de vida do trabalhador-docente.

A Portaria nº 7 e os critérios estabelecidos por cada IFES terão efeitos significativos nos próximos anos da universidade. Grande número de docentes se encontra represado na última categoria de Adjunto, e a progressão deste contingente expressivo será dada pela discussão em curso.

Além da Administração Superior da UFRRJ e dos órgãos representativos da comunidade, representantes de professores das classes de Auxiliares, Assistentes, Adjunto e Titular, junto ao CEPE (Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão) e CONSU (Conselho Universitário), podem e devem atuar neste debate. Esta é uma oportunidade que, se desperdiçada,

acarretará, futuramente, em sérios problemas para a instituição, agravando ainda mais as relações de trabalho de categoria docente e aprofundando as distorções que o governo federal insiste em fomentar.

#### Na Internet

- Leia na página da ADUR-RJ [www.adur-rj.org.br](http://www.adur-rj.org.br) a Portaria nº 7, divulgada pelo MEC, na íntegra.

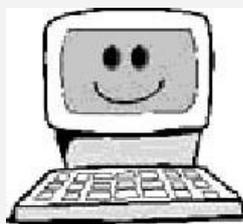
- Na edição nº 81 do *ADUR Informa*, de 17 de janeiro de 2006, publicamos uma retrospectiva da greve docente de 2005 e uma avaliação do ANDES-SN sobre o rompimento das negociações pelo governo federal e sobre o PL 6.368/05.

- Em edições anteriores do *ADUR Informa*, discutimos a carreira docente e a precarização do trabalho dos professores. Acesse [www.adur-rj.org.br](http://www.adur-rj.org.br) e confira todas as edições do nosso jornal.

#### Professor,

**Acesse o site da ADUR-RJ e veja as tabelas específicas, em relação aos efeitos da MP nº 295/06, divulgadas pelo ANDES-SN.**

[www.adur-rj.org.br](http://www.adur-rj.org.br)



ADUR INFORMA

AI87-20.07-arquivo FINAL.p65

4

31/7/2006, 19:29

## Nota da Presidência do ANDES-SN sobre o parcelamento dos efeitos retroativos da MP nº 295/06

A decisão do Ministério do Planejamento de parcelar os efeitos retroativos da MP nº 295/06 e de outras medidas provisórias atinge uma grande quantidade de servidores públicos. No que diz respeito aos docentes, a decisão atinge os pagamentos referentes aos meses de janeiro, fevereiro, março, abril e maio do incremento de 50% nos incentivos de titulação para os professores da carreira do magistério do ensino superior e os referentes aos meses de fevereiro, março, abril e maio do reajuste de 12% no vencimento para os professores da carreira de 1º e 2º grau. O parcelamento, conforme descrito no comunicado da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento será o seguinte:

	<u>ensino superior</u>	<u>1º e 2º grau</u>	<u>data do recebimento</u>
Folha de julho	janeiro	fevereiro	2 de agosto
Folha de agosto	fevereiro e março	março e abril	2 de setembro
Folha de setembro	abril e maio	maio	2 de outubro

Para além dos argumentos que apresentamos ao Secretário de Recursos Humanos (Carta nº 177/06), para reivindicar o pagamento imediato dos referidos atrasados, consideramos oportuno salientar os seguintes aspectos.

**1 -** O governo, ao impor, com o apoio de diversas direções sindicais nos anos de 2004 e 2005, negociações em separado com cada entidade de SPF, conseguiu passar o ano de 2005 sem qualquer dispêndio financeiro com reajustes nas remunerações dos servidores e aniquilou a campanha salarial de 2006, com todas as entidades consumindo suas energias na cobrança de acordos e negociações feitas em 2005.

Tendo cumprido tais objetivos, o governo sentiu confiança para postergar ainda mais os pagamentos, apostando que não haverá reações.

**2 -** Para isso, os governantes apostam que uma “engorda” nos contratos dos servidores, nos três meses que precedem as eleições de outubro, fará com que esses servidores pensem que tiveram um reajuste maior que o concedido e, ainda, que ele seria crescente, pois recebeu um pouquinho no início de julho, receberá dois pouquinhos no início de agosto e três pouquinhos no início de setembro e outubro. Em

outras palavras, economizando às custas do servidor, o governo pretende fazer com que o servidor creia que está ganhando cada vez mais. Eta governo bom!

**3 -** O governo, alegando impedimento de negociar com as entidades devido à lei eleitoral pretende deixá-los por mais tempo, envolvidas em cobranças do que já havia sido definido no ano de 2005. Isto é, com suas criativas maldades, o governo pretende imobilizar, ainda mais, as entidades sindicais que deveriam ter suas energias concentradas na busca do atendimento de reivindicações atualizadas, como por exemplo, negociando o orçamento de 2007, ano que o governo também pretende fazer com que passe em branco para os servidores.

**4 -** O assunto do parcelamento será discutido na próxima reunião da CNESF, terça-feira, 18/7, quando poderão ser definidas ações conjuntas das entidades nacionais para o enfrentamento do problema. Mas, é preciso que nos adiantemos à realização de algumas ações nas IFES para mostrar a indignação, protestar, cobrar ação dos reitores e, principalmente, dar repercussão pública negativa ao saco de maldades.

**5 -** Nesse sentido, consideramos que a medida mais urgente das seções sindicais é a de promover rápido

esclarecimento aos docentes. Devem ser realizadas manifestações nas reitorias com mobilização ampla e audiência com os reitores para lhes exigir que intercedam junto ao governo. É fundamental, tendo em vista o interesse eleitoreiro do governo, que as denúncias e ações tenham repercussão na imprensa o que serão, portanto, a melhor pressão para fazê-lo voltar atrás.

Estas ações precisam ocorrer antes de realizarmos reunião do setor dos docentes das IFES que deverá tratar do assunto somente se, até lá, ele não tiver sido revertido.

Para que a unidade da ação o MD se expresse efetivamente sugerimos que as manifestações junto às reitorias sejam feitas até sexta-feira, 21 de julho, de preferência na quinta-feira, 20 de julho.

Feitas essas atividades, elas devem ser relatadas à Secretaria do ANDES-SN para que possamos organizar uma repercussão nacional.

Manteremos as seções sindicais informadas de todos os desdobramentos.

**Prof. Paulo Rizzo**  
Presidente

Fonte: ANDES-SN, 13/07/2006

4

## Informes Jurídicos da ADUR-RJ

### Diretoria da ADUR-RJ reúne-se com o advogado da Associação

A Diretoria da ADUR-RJ, no último dia 13 de julho, reuniu-se com o advogado da Associação, Dr. Marcelo Chalréo. A reunião teve aproximadamente quatro horas de duração e foi muito proveitosa para a Diretoria da ADUR-RJ, que obteve esclarecimentos sobre as ações referentes: 3,17%, FGTS, INSALUBRIDADE, 28,86% e outras pendências.

Dr. Marcelo Chalréo relatou seu empenho para acelerar os resultados das ações em curso, mas que qualquer decisão final depende das instâncias máximas do Poder Judiciário. A Diretoria solicitou do Dr. Marcelo um levantamento histórico de todas as ações referentes aos Associados da ADUR-RJ, defendidas por ele, bem como os resultados obtidos, e a situação atual dessas ações em andamento.

Dr. Marcelo Chalréo alertou a Diretoria que muitos professores já foram contemplados com o sucesso de algumas destas ações. Contudo, eles ainda não quitaram seus débitos com a ADUR-RJ, e, conseqüentemente, não repassaram o percentual referente aos seus honorários. Solicitamos que os professores resolvam estas pendências o mais rápido possível.

A Diretoria solicitou ao advogado que esteja presente na sede da ADUR-RJ com maior freqüência, visando otimizar a assessoria aos nossos associados. Ficou também acordado nesta reunião, que, em breve, seu escritório estará nos disponibilizando um estagiário, com a finalidade de agilizar e encaminhar os problemas de nossos associados.

### Sobre as Fundações de Apoio no âmbito das Universidades Públicas

Dr. Marcelo Chalréo solicitou que a Diretoria da ADUR-RJ divulgasse o e-mail, por ele recebido, encaminhado pela Assessoria Jurídica do ANDES-SN, em junho passado, comunicando as orientações do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a atuação dos docentes nas diretorias e demais funções das Fundações de Apoio, no interior das Universidades Públicas. É importante salientar que os professores que não se adequarem às normas ditadas pelo TCU podem sofrer sanções administrativas ou penais. Essas orientações estão de acordo com o Acórdão nº 1.651/2005 da 2ª Câmara, proferido em sessão extraordinária no dia 6 de setembro de 2005.

#### **Veja os principais destaques:**

“9.3.1 – Consoante dispõe o artigo 4º da Lei nº 8.958, de 20/12/94, c/c o disposto no art. 14 do Decreto nº 94.664, de 23/07/87, deve ser rigorosamente observada a vedação à realização de outras atividades de caráter não esporádico pelos docentes que atuam naquelas Instituições em regime de dedicação exclusiva, devendo essa vedação alcançar inclusive a prestação de serviços, remunerados ou não, para as Fundações de Apoio àquelas Instituições; e

9.3.2 – Os professores que desejarem sempre sem prejuízo de sua jornada de trabalho normal na Instituição Federal de Ensino Superior a que servem, exercer outras atividades de caráter não esporádico deverão optar, quando juridicamente possível, e do interesse da Administração, pelo regime parcial de 20 horas semanais (art. 14, II, do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos de Empregos), ou regime integral de 40 horas semanais, sem exclusividade de dedicação (art. 14, §2º, da mesma norma), com a conseqüente perda do acréscimo remuneratório devido à dedicação exclusiva, prevista no Artigo 31, §5º, alínea a do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos de Empregos”.

**Para outras informações, procure a Diretoria da ADUR-RJ.**

### **ATENÇÃO, PROFESSOR**

#### **Reajuste do Plano de Saúde da Golden Cross**

Informamos que, em 30 de junho de 2006, a Golden Cross Assistência Internacional de Saúde Ltda enviou correspondência à Diretoria da ADUR-RJ, comunicando o reajuste anual do plano de saúde em 31,32%, que entrará em vigência a partir de setembro deste ano. A Diretoria da ADUR-RJ está empenhada em negociar com a operadora o índice do reajuste. Em breve, comunicaremos os resultados.

## 51º CONAD atualiza planos de lutas da categoria docente e empossa nova diretoria do ANDES-SN

FOTO: ALINE PEREIRA



**Juiz de Fora** – Com o tema “Autonomia Sindical: garantia de luta pela educação como direito social”, o 51º CONAD (Conselho do ANDES-SN) atualizou o plano de lutas da categoria docente, no período de 29 de junho a 3 de julho, em Juiz de Fora (MG). O evento, que reuniu representantes de Seções Sindicais de todo o país, foi sediado pela ADUFJF (Associação de Docentes da Universidade Federal de Juiz de Fora).

O 51º CONAD contou com a presença de 48 seções sindicais, totalizando 43 delegados e 92 observadores. Também participaram do evento 35 diretores do ANDES-SN e quatro convidados. A ADUR-RJ S. Sind. foi representada pelos Professores Celia Regina Otranto (delegada), Frederico José Falcão e Luis Mauro Magalhães (observadores).

### **A posse da nova diretoria do ANDES-SN**

No primeiro dia do 51º CONAD, durante a plenária de abertura, ocorreu a solenidade de posse da nova Diretoria do ANDES-SN, cujo presidente eleito é o Prof. Paulo Marcos Borges Rizzo. Muito emocionada, a ex-presidente Marina Barbosa Pinto agradeceu o apoio recebido nos últimos dois anos em que esteve à frente da Diretoria do ANDES-SN, destacando os principais acontecimentos vividos pela gestão 2004/2006, que se encerrou após 743 dias.

De acordo com Marina Barbosa Pinto, a Diretoria do ANDES-SN combateu a política neoliberal do atual governo, envolvido nos escândalos do mensalão, e denunciou a mercantilização dos serviços públicos. A Educação pública está entre esses serviços, que deveriam ser garantidos pelo governo, conforme prevê a Constituição Federal, como um direito de todos. Partindo desta perspectiva, a última gestão do Sindicato Nacional construiu, juntamente com a base, a “Agenda para a educação Superior: uma proposta do ANDES-SN para o Brasil de hoje” como uma alternativa

à contra-reforma do ensino que vem sendo sustentada pelo governo federal.

A luta por melhores salários e condições de trabalho, assim como a defesa por uma educação pública, gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada levaram à greve de 2005 – a mais longa da categoria, com 112 dias de duração, envolvendo 39 seções sindicais.

Marina Pinto lembrou que o governo comportou-se de forma desrespeitosa, rompendo arbitrariamente as negociações com o MD, que reivindicava a incorporação das gratificações ao salário e a reposição salarial – de acordo com os princípios de isonomia e paridade.

Para a ex-presidente, o Sindicato Nacional mantém a representatividade sindical da categoria docente, ainda que o governo esteja fomentando a divisão do movimento ao apoiar a criação do Proifes. Como estratégia política, o Ministério da Educação convidou os representantes desse grupo para participarem das negociações.

Marina B. Pinto lembrou ainda que, além da greve, a gestão 2004/2006 viveu momentos importantes para a história do Sindicato Nacional, como a deliberação de desfiliar-se da Central Única dos Trabalhadores (CUT) – decisão do 25º Congresso – e o apoio às iniciativas que visassem o

enfrentamento às contra-reformas do governo. Entre elas estão a Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas) e a Assembléia Nacional Popular de Esquerda.

A ex-presidente destacou também que o ANDES-SN priorizou que o ANDES-SN priorizou o apoio político e financeiro a CNESF, por entender que esta entidade é de extrema importância para a luta dos servidores federais.

### Enfrentar a conjuntura política

Em discurso de posse, Paulo Rizzo afirmou que é importante que o Sindicato Nacional esteja unido para superar as adversidades da conjuntura política, combatendo as contra-reformas do governo federal, que já tem sido colocadas em prática.

“Não aceitamos a inexorabilidade neoliberal, em que as concepções de mercado, de individualização extrema, de competitividade, assumem todos os âmbitos de nossas relações sociais, colocando-se como norma e pensamento único”, disse Paulo Rizzo.

Para o novo presidente do ANDES-SN, é preciso renovar a disposição para lutar, já que o Sindicato Nacional terá que enfrentar alguns desafios, como as reformas sindical e trabalhista – em via de serem concretizadas pelo próximo governo.

O novo Presidente do ANDES-SN, em nome da nova



Delegação da ADUR-RJ no 51º CONAD

Diretoria, afirmou que todos estão se empenhando para conduzir a luta política no Sindicato Nacional da melhor forma possível, sem medo de cometer erros ou receber críticas da sua base de filiados.

### Prestígio histórico

A solenidade de posse contou com a presença da Reitora da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Maria Margarida Martins Salomão, que também representava a ANDIFES (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior); José Maria de Almeida, pela CONLUTAS (Coordenação Nacional de Lutas); Maurício Guimarães, representando o SINASEFE (Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional); Agostinho Beghelli Filho, presidente da APESJF, além de diretores do ANDES-SN, e dos delegados e observadores das Associações Docentes.

Todos destacaram a importância do Sindicato Nacional para a classe docente e para a defesa da Universidade Pública, saudando a nova diretoria do ANDES-SN. Os presentes ressaltaram como a entidade tem sido combativa ao longo dos anos, e enfrentado as adversidades, sem perder de vista os princípios considerados caros ao movimento

sindical, como a democracia e a autonomia.

“Desde a sua fundação, há 25 anos, o ANDES-SN tem sido uma referência para o movimento social. Resistimos na ditadura, enfrentamos momentos difíceis e avançamos em muitas conquistas. Permanece, hoje, como clareza para todos nós que essa luta valeu a pena. Também é claro que, se abandonarmos essas trincheiras, estaremos traindo a nossa condição de trabalhadores. Manter o ANDES-SN vivo e combativo significa continuar enfrentando a aspreza do tempo presente com coragem e determinação, sem perder a temura”, disse Agostinho Beghelli Filho, citando trecho da apresentação da Diretoria do Sindicato Nacional aos documentos do Caderno de Textos do 51º CONAD.

### Principais deliberações do 51º CONAD

Ao término das atividades do primeiro dia do 51º CONAD, os professores subdividiram-se em cinco Grupos Mistos, para debater, a partir de dinâmica própria, três temas:

- Avaliação e atualização do plano de lutas: eixos e bandeiras;
- Questões organizativas e financeiras;
- Atualização do Caderno 2 / Instrumentos legais de acordo com o

FOTO: ALINE PEREIRA



que foi delegado pelo 25º Congresso.

Após a discussão estabelecida nesses grupos mistos, um relatório consolidado sobre cada tema foi novamente discutido e submetido à votação dos delegados, nas respectivas Plenárias.

Durante as plenárias, houve deliberações importantes, como a aprovação da previsão orçamentária do ANDES-SN para o próximo ano e da prestação de contas do 25º Congresso (Cuiabá, MT). Também houve deliberação em favor da regulamentação do Fundo de Solidariedade do ANDES-SN, criado com o objetivo de auxiliar economicamente os dirigentes políticos que forem demitidos em decorrência da sua atuação política.

Outras deliberações importantes para o movimento docente foram tomadas durante as plenárias. Uma delas é que o ANDES-SN trabalhe para o fortalecimento de fóruns em defesa da Escola Pública, desencadeando mobilização da sociedade brasileira para que o Congresso Nacional rejeite o PL nº 7.200/06, que regulamenta a contra-reforma privatista da educação.

O ANDES-SN também somará esforços para combater, em conjunto com o SINASEFE (Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica

e Profissional), as conseqüências da Medida Provisória nº 295/06, que dispõe sobre o reajuste e a carreira docente, com vista ao restabelecimento do direito à paridade, à isonomia, à incorporação das gratificações. A luta por uma carreira única, como forma de valorização do trabalho docente, ainda é uma das principais frentes de combate do ANDES-SN.

Conforme foi afirmado pela Diretoria do ANDES-SN, o Sindicato Nacional também reiterou sua luta contra a reforma sindical e trabalhista. *“O ANDES-SN soma-se às entidades em luta pela revogação imediata das Medidas Provisórias nºs 293/06 e 294/06 que, respectivamente, fortalecem o poder da cúpula das centrais sindicais e criam o Conselho Nacional de Relações de Trabalho, em detrimento da autonomia dos trabalhadores para negociar seus interesses, retirando-lhes o poder deliberativo direto nas decisões inerentes aos conflitos entre capital e trabalho”* – afirma a “Carta de Juiz de Fora”, documento produzido pela Diretoria do ANDES-SN e lido no encerramento do 51º CONAD.

Durante o evento, também foi aprovado que o ANDES-SN somasse esforços com a FASUBRA, em defesa dos hospitais universitários das Instituições de Ensino Superior (IES) federais, estaduais e municipais.

O 51º CONAD deliberou que o Sindicato Nacional também intensifique o combate contra as fundações ditas de apoio no interior das instituições públicas, denunciando a privatização das universidades e defendendo a autonomia das IFES e IEES.

O ANDES-SN aprovou ainda a proposta de criação de um Fórum contra a Criminalização dos Movimentos Sociais, repudiando a presença do “Caveirão” – carro blindado, usado pela polícia do Rio de Janeiro – na cidade, que está em via de ser “importado” por outros Estados brasileiros.

Após disputa entre as seções sindicais do Maranhão e do Rio Grande do Sul, a plenária aprovou que a APRUMA (Associação dos Professores da Universidade Federal do Maranhão) seja a sede do 52º CONAD, em 2007.

## Atualização do plano de lutas: eixos e bandeiras

### *Instituições Estaduais de Ensino Superior*

O 51º CONAD aprovou que se continue o levantamento da situação da precarização do trabalho docente nessas Instituições. O intuito do ANDES-SN é publicá-lo e denunciar o descaso do governo com as IEES.

Foi deliberado que o ANDES-SN promova, com auxílio das Seções Sindicais, das IEES e das IMES (Instituições Municipais), um levantamento sobre as IMES (Instituições Municipais de Educação Superior).

O objetivo desse levantamento é estabelecer estratégias de ação que favoreçam a organização dos docentes dessas instituições, que foram incorporadas ao Sindicato Nacional, por decisão do 25º Congresso. Uma vez organizado esse levantamento, caberá ao 26º Congresso do ANDES-SN deliberar sobre as estratégias de ação das Instituições Municipais.

O ANDES-SN também se solidarizou com a luta dos profissionais da UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), que levou adiante três meses de greve em defesa de melhores salários e condições de trabalho, já que a Universidade carece de investimentos também em infra-estrutura. Os funcionários técnico-administrativos e os docentes retomaram as atividades no último dia 3 de julho.

### *Instituições Particulares de Ensino Superior*

O 51º CONAD atualizou a proposta do ANDES-SN para a Universidade brasileira no que diz respeito à transição para o padrão unitário de qualidade (definido no Caderno 2 do ANDES) e condições

## ADUR-RJ parabeniza nova Diretoria do ANDES-SN

A Diretoria da ADUR-RJ, representada pela Profa. Celia Regina Otranto, enviou flores à nova Diretoria do ANDES-SN, biênio 2006/2008. A Diretora da ADUR-RJ, que foi ao 51º CONAD como delegada, parabenizou a gestão anterior da Diretoria do ANDES-SN pelo trabalho realizado no biênio 2004/2006, e desejou sorte na condução dos trabalhos políticos do Sindicato Nacional aos novos Diretores.

Em nome da Diretoria da ADUR-RJ e da delegação enviada ao 51º CONAD, a Profa. Celia Otranto disse que os novos Diretores do ANDES-SN devem manter o grupo unido para prosseguirem na luta em defesa da Universidade pública, de melhores condições salariais e de trabalho.

Desejou a nova Diretoria do ANDES-SN êxito no enfrentamento com o Governo Federal, e na solução das adversidades internas.

Lembrou que as críticas feitas pela delegação da ADUR, durante o 25º Congresso, visaram o crescimento do Sindicato e sempre se circunscreveram no campo político.



Professora Celia Otranto e o Triunvirato do ANDES-SN

de trabalho nas Instituições Particulares de Ensino Superior (IPES), conforme o Texto-Documento oriundo do 25º Congresso do ANDES-SN, que foi discutido durante o último CONAD e aprovado pela plenária.

Foi deliberado que o ANDES-SN promova debates sobre a situação das IPES e as reivindicações dos docentes dessas instituições com o Ministério da Educação, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Justiça, Ministério Público e associações de mantenedoras, visando à defesa dos direitos dos docentes. A intenção é intensificar a luta em defesa de sua liberdade de organização, bem como a construção do padrão unitário de qualidade do ensino superior. Houve ainda o debate sobre as instituições particulares, visando ao aperfeiçoamento das diretrizes para a Pauta Unificada de 2007, a ser apreciada no 26º Congresso.

O 51º CONAD aprovou ainda a construção da Campanha Salarial durante o segundo semestre de 2006, com a produção de material a ser distribuído também aos docentes não-sindicalizados, preferencialmente, em Brasília, Salvador, Fortaleza e São Paulo – locais onde tem havido duros enfrentamentos entre os docentes e as direções das instituições particulares.

#### **Instituições Federais de Ensino Superior**

Uma das principais deliberações para o Setor das IFES foi continuar participando do GT (Grupo de Trabalho) Carreira do MEC, na condição de legítimo interlocutor dos docentes das carreiras de 1º e 2º e 3º graus.

Também foi aprovado que se lute para garantir inclusão de emenda à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), visando ao aumento dos recursos para assegurar o atendimento das reivindicações dos Servidores Públicos Federais.

O ANDES-SN também deve implementar ações e elaborar material de mobilizações nas seções sindicais, tendo como objetivo denunciar o descumprimento de compromissos do MEC com a categoria dos docentes e a política de expansão desordenada.

O Sindicato Nacional, a partir da discussão com a base, espera poder pautar debates que contemplem questões como a reafirmação da pauta de reivindicações dos Servidores Públicos Federais e da Carreira Docente, defendendo, principalmente, a incorporação e equiparação da GED e da GEAD em seus maiores valores. O ANDES-SN também deve aprofundar a discussão sobre as contra-reformas Universitária, Sindical e Trabalhista.

#### **Outras deliberações importantes, em relação ao Setor das IFES:**

São elas:

1. lutar pela extensão para a Carreira do 1º e 2º Graus dos percentuais de titulação que a MP nº 295/06 estabeleceu para a Carreira do 3º Grau;

2. lutar para que os atuais aposentados possam perceber as vantagens da classe de Professor Associado, na seguinte relação: Adjunto IV como Associado IV, Adjunto III como Associado III, e assim sucessivamente, caso atendam a condição de titulação;

3. realizar reunião conjunta com os Grupos de Trabalho Carreira, Seguridade e a Assessoria Jurídica, visando aprofundar a avaliação sobre as possíveis repercussões da MP 295/06 aos professores em atividade e aposentados;

4. elaborar uma nota pública do ANDES-SN explicitando para a categoria e para a sociedade as propostas do Sindicato em relação aos efeitos da MP 295/06, denunciando o tratamento desrespeitoso do MEC com os docentes das IFES, descaracterizando-a como “um

acordo” entre o governo e o ANDES-SN;

5. dar continuidade à luta contra a implantação de critérios produtivistas para a progressão funcional dos docentes das IFES;

6. Incluir na agenda de mobilização do Setor das Federais a realização de Seminário Nacional ANDES-SN/ SINASEFE (Sindicato Nacional dos Servidores Públicos Federais da Educação Básica e Profissional) sobre a Carreira Docente, nos dias 22 e 23 de julho de 2006.

#### **Relação ANDES-SN e CONLUTAS**

O 51º CONAD reafirmou que o Sindicato Nacional reconhece a CONLUTAS (Coordenação Nacional de Lutas) como a principal alternativa de organização da classe trabalhadora, da qual o ANDES-SN continuará participando como observador.

O Sindicato Nacional e suas seções sindicais devem debater, no segundo semestre deste ano, a relação entre o ANDES-SN e a CONLUTAS, pois o 51º CONAD remeteu para o 26º Congresso, em março de 2007, a decisão sobre a filiação ou não do Sindicato Nacional à Coordenação.

## **Revista *Universidade e Sociedade* nº38 foi lançada durante o 51º CONAD**

O Prof. Edmundo Fernandes Dias despediu-se da Diretoria do ANDES-SN, promovendo o lançamento da edição nº 38 da revista *Universidade e Sociedade*, da qual foi editor (**foto ao lado**). O título da nova edição é “Fim de mandato, balanço negativo”, e contempla o debate sobre as políticas públicas, a precarização do trabalho docente, a privatização das Universidades, a política de cotas, a sociedade do consumo, entre outras importantes contribuições.

Na edição nº 38, o texto “Desvendando a política da educação superior do governo Lula” é de autoria da Profa. Celia Regina Otranto.

A revista *Universidade e Sociedade* nº 38 está disponível na sede da ADUR-RJ para consulta, e já solicitamos exemplares para venda em nossa sede. Além disso, a revista pode ser adquirida também no ANDES-SN, pelo telefone (61) 3322-7561.

Lembramos aos docentes que o Sindicato Nacional aceita contribuição dos professores, e que a revista *Universidade e Sociedade* integra o *Qualis* da CAPES, sendo, portanto, conceituada em todo País.

FOTO: ALINE PEREIRA



## **Carta de Juiz de Fora na Internet**

No último dia do evento, houve a Plenária de Encerramento de 51°CONAD, quando a nova Diretoria do ANDES-SN leu a Carta de Juiz de Fora. O documento chama atenção para a atual conjuntura política em que se deu a posse da diretoria eleita para o biênio 2006-2008. Também destaca a importância do evento, que “*expressou disposição renovada para a continuidade da luta em defesa da valorização do trabalho docente, da educação pública e gratuita e dos princípios de liberdade e autonomia sindical*”.

A carta de Juiz de Fora chama atenção para as deliberações mais importantes do 51°CONAD. Entre elas estão:

- combater a revogação imediata das Medidas Provisórias nºs 293/06 e 294/06, que coroa a implementação da Contra-reforma Universitária do governo Lula da Silva;
- remeter para o 26º Congresso, em março de 2007, a decisão sobre a filiação ou não do Sindicato Nacional dos Docentes a CONLUTAS;
- lutar contra novas investidas contra à Universidade Pública, denunciando a cobrança de mensalidades em cursos oferecidos por instituições públicas;
- lutar pela revogação do Decreto nº 5.800/06, que cria o Sistema Universidade Aberta do Brasil – ente privado, não-gratuito e desprovido de mecanismos que assegurem a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- intensificar as ações pela reconstrução dos fóruns ou comitês em defesa da escola pública em âmbito nacional e estadual;
- integrar-se à campanha pela anulação da reforma da Previdência Social, denunciando o caráter privatista da regulamentação da assistência à saúde dos servidores públicos, estabelecido na Lei nº 11.302/06. Exige a revogação da Orientação Normativa nº 1, de 5/4/06 que, praticamente, impossibilita a aposentadoria por invalidez;
- em conjunto com a FASUBRA, coloca-se em linha de frente na defesa dos hospitais universitários das Instituições de Ensino Superior (IES) federais e estaduais, como autarquias com pleno financiamento público;
- iniciar a construção da campanha salarial dos SPF para o próximo ano, buscando intervir na definição do orçamento da União de 2007.

**ACESSE [www.adur-rj.org.br](http://www.adur-rj.org.br) e leia a Carta de Juiz de Fora na íntegra**

## **Direito de resposta dos Professores Jaqueline de Lima Pires e Carlos Eduardo da Silva Costa (DAU/IT)**

*Assim que a edição nº85 de Adur Informa, de 17 de maio de 2006, começou a circular pela UFRRJ, a Associação dos Docentes da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro foi procurada pelos professores Jaqueline de Lima Pires e Carlos Eduardo da Silva Costa, do Departamento de Arquitetura e Urbanismo, do Instituto de Tecnologia (DAU/IT) da UFRRJ. Ambos contestaram as declarações da Profa. Lucília Augusta Lino de Paula, Diretora do Instituto Multidisciplinar da UFRRJ, que, em entrevista ao Adur Informa, quando questionada sobre o projeto arquitetônico do novo campus, disse que o projeto elaborado pelos professores acima citados “não pôde ser licitado, pois custaria mais de R\$ 40 milhões”.*

*De acordo com os professores Jaqueline de Lima Pires e Carlos Eduardo da Silva Costa, tal declaração não correspondia à realidade e eles solicitaram um espaço no Adur Informa para apresentarem sua versão, pois, citados em tal depoimento, sentiram-se desrespeitados profissionalmente.*

*A Diretoria da ADUR-RJ S. Sind. esclarece que os princípios de democracia e autonomia que regem a condução desta entidade também norteiam a publicação da associação - Adur Informa. A opção de publicar uma edição que tratasse exclusivamente da inauguração do Campus de Nova Iguaçu visava apenas esclarecer a comunidade universitária sobre o novo Instituto da Universidade.*

*Esta inauguração está ligada a uma questão que tem mobilizado o Sindicato - a expansão do ensino superior. O movimento docente tem se posicionado de maneira clara contra a expansão que vem sendo promovida pelo Governo, onde os recursos subtraídos da manutenção e dos investimentos urgentes para as IFES existentes são dirigidos para a criação de novos “campi”. Pela forma com que vem sendo implementada, seria impossível deixar de associar esta às políticas das últimas décadas, promovidas pelo Banco Mundial, FHC, Lula, etc., de criação de “colejões” e de esvaziamento da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Em edições anteriores, o ADUR Informa já havia abordado esta questão, através de artigos com posições opostas, de modo a permitir amplamente o debate. Em nenhum momento desejávamos nos posicionar sobre a discussão acerca do projeto arquitetônico do novo Campus.*

*Quando publicamos a edição nº85 de Adur Informa, desconhecíamos completamente a existência de qualquer mal-estar envolvendo a elaboração do projeto arquitetônico da UFRRJ.*

*Entendendo que nossa posição é informar à comunidade acadêmica - e que o principal posicionamento político assumido pela Diretoria da ADUR-RJ S. Sind e pela publicação que coordena é defender a Universidade pública, gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada; além dos direitos dos docentes ativos e aposentados, zelando para que informações fidedignas cheguem até seus associados - publicamos as declarações dos professores Jaqueline de Lima Pires e Carlos Eduardo da Silva Costa (foto ao lado), prestadas na sede da Associação.*

### 1) Em relação ao projeto elaborado para o novo Campus da UFRRJ:

**Jaqueline:** O projeto de Nova Iguaçu teve início em maio de 2005, quando o Prof. Edmundo Rodrigues Ventura reuniu-se comigo e com os professores Edna, Regina e Fernando, para comunicar que havia a possibilidade do Escritório Técnico de Arquitetura e Urbanismo da UFRRJ (DAU/IT) elaborar o projeto do novo campus da Universidade, que ainda aguardava a regularização do terreno. O Prof. Edmundo se dispôs a apresentar um projeto provisório, para que o MEC pudesse liberar a verba, conforme exigência do mesmo. Assim foi feito um projeto que, do ponto de vista da arquitetura, apresentava problemas. Mas era um projeto para ser apresentado ao MEC, em caráter preliminar. Em princípios de novembro, o Prof. Edmundo deu carta branca para que iniciássemos o projeto do novo campus, e a equipe foi formada por mim e pelo Prof. Carlos Eduardo da Silva Costa. Começamos com duas estagiárias do Curso de Arquitetura e depois solicitamos uma arquiteta que pudesse trabalhar integralmente no projeto, porque tínhamos outras atribuições, como as atividades de ensino. O Reitor autorizou, e nós chamamos a arquiteta Roberta Santos de Araújo para trabalhar conosco.

O Prof. Edmundo nos deixou bastante à vontade para optarmos em trabalhar no projeto apresentado ao MEC ou partirmos para um novo. Inicialmente, tentamos trabalhar com o projeto apresentado ao governo, mas ele possuía problemas de funcionalidade, de fluxos conflitantes, não tinha setorização, ou preocupação com o conforto ambiental. Por intermédio do Prof. Edmundo, conversamos com a Profa. Lucília para saber qual a demanda que atenderíamos em Nova Iguaçu - aproximadamente 2140 pessoas. Desde o início, fomos informados que havia uma limitação de verba de R\$ 7,5 milhões e em nenhum momento perdemos de vista essa limitação orçamentária. Entretanto, conforme é o procedimento normal no encaminhamento de um projeto de tal porte, estabelecemos um plano diretor de expansão e planejamos o campus como um todo, com todas as edificações necessárias para atender a essa demanda, prevendo o crescimento do contingente de alunos, e propondo que o projeto fosse feito em etapas. Como coordenador do projeto, o Prof. Edmundo não limitou nada e afirmou que a Universidade tentaria negociar um aumento de verba, pois talvez existisse a possibilidade de construí-lo como um todo. Seguimos, então, a metodologia correta para que um projeto desse tipo pudesse ser executado. Setorizamos o campo. Há o setor administrativo, o de ensino, assim como a biblioteca e o conjunto de convivência. Sabíamos que a prioridade seria o setor de ensino - e que ele seria construído numa primeira etapa.

Tivemos grande preocupação com o conforto ambiental - pensamos em jardins internos, trabalhamos com circulações abertas, que ajudam a baratear a obra e



ainda permitem ventilação cruzada permanente nas salas. Tivemos, também como partido arquitetônico os elementos estruturais do projeto, pois queríamos estabelecer como premissas a redução dos custos e a rapidez da execução da obra. Trabalhamos, então com estrutura de aço e elementos pré-fabricados de concreto e contactamos, para isso, empresas e fornecedores, que deram assistência total à equipe. Para a cobertura de aço não tínhamos no Departamento um especialista na área. Sabíamos, no entanto, como lançar a estrutura, mas não como calculá-la. Na época, fizemos um curso no Centro Brasileiro da Construção em Aço (CBCA) e contactamos seus representantes, explicando as nossas dificuldades. A construção em aço traria a identidade de uma arquitetura contemporânea, para essa área urbana de Nova Iguaçu, que além do Campus da UFRRJ deverá abrigar uma Vila Olímpica, um Shopping Center e um Centro de Convenções. O CBCA financiou todo o projeto de cálculo da estrutura de aço, contratando um projetista de renome - o que não sai barato! O que temos hoje é um projeto pronto, inclusive com as estruturas de aço e de concreto todas calculadas. Ou seja, temos todo o projeto pronto para esse conjunto de ensino, que sabíamos que seria prioritário. As pessoas podem ter entendido errado, achando que tudo seria construído de uma única vez. Porém, desde o início do projeto, esclarecemos que, com a limitação de verba que nos havia sido imposta, a idéia era construir, prioritariamente, o conjunto de ensino. A declaração de que este é um projeto de R\$ 40 milhões precisa ser compreendida com a informação de que este é um projeto que abrange todo o campus e que foi feito a partir de uma exaustiva pesquisa.

No final de janeiro, ao apresentarmos o projeto para a administração superior da Universidade, ele foi muito elogiado. O Reitor ficou bastante animado e se propôs a ir a Brasília para tentar negociar um aumento de verba, pensando em construí-lo como um todo.

**Carlos Eduardo:** O Reitor demonstrou apreensão com relação à grandiosidade do projeto e com a linha de crédito que o MEC tinha disponibilizado. Ele afirmou que tinha gostado muito do projeto, mas que era muito grandioso. Contudo, comprometeu-se a tentar negociar um aumento de verba, com o Ministério da Educação, em Brasília.

### 2) Em relação à viagem do Reitor à Brasília para solicitação de verba:

**Jaqueline:** O Reitor foi à Brasília, e marcou uma reunião conosco, dizendo que não tinha conseguido o aumento de verba, e, que, inclusive, a que tinha sido destinada ao campus da UFRRJ em Nova Iguaçu era uma das mais altas,

perdendo apenas para Universidade do ABC, que é uma instituição nova. Nessa reunião, explicamos que como não havia o dinheiro suficiente para uma construção do projeto como um todo, iríamos partir do que havia sido, desde o início, a nossa estratégia: o bloco de ensino. Adaptamos o projeto, de forma que esse conjunto de ensino pudesse atender todas as necessidades do campus nesse primeiro momento. Comprometemos-nos a mostrar essa adaptação, que previa que o conjunto de ensino funcionasse sem prejuízo aos cursos de graduação. Nesse momento, o Reitor cogitou sobre a possibilidade de voltar a se pensar no projeto que o Prof. Edmundo tinha elaborado inicialmente, apenas para apresentar ao MEC. Durante a reunião, colocamos que, do nosso ponto de vista, aquele projeto era inviável, pois havia problemas de concepção conforme citado anteriormente, já que tinha sido concebido em um final de semana. O Reitor argumentou que o projeto pensado pelo Prof. Edmundo estava dentro do orçamento da Reitoria e que atendia às necessidades da Universidade como um todo. Contra argumentamos falando que aquele projeto não tinha sido dimensionado a partir de uma pesquisa, e que numa readequação futura, provavelmente, ficaria da mesma área do nosso ou superior. Marcamos uma nova reunião, apresentamos uma readaptação da planta baixa, onde propúnhamos ocupar o espaço de um dos quatro blocos de ensino, provisoriamente com a biblioteca, o auditório e administração da Universidade. Desta forma, seria possível atender a demanda em um primeiro momento sem, entretanto, causar prejuízo a atividade para qual esses espaços foram concebidos, criando a oportunidade de retomar o projeto original para atender a expansão de novos cursos (em um projeto de arquitetura bem resolvido essa possibilidade deve ser considerada). Esses espaços foram bem adaptados. O único prejuízo seria o auditório que ficou sub-dimensionado para atender a demanda programada, mas, torna-se importante ressaltar que se tratava de uma situação provisória e que estes espaços estavam contemplados adequadamente no plano diretor. Fizemos esse projeto, adaptamos, e já tínhamos um pré-orçamento das estruturas de aço e de concreto.

**Carlos Eduardo:** Esse pré-orçamento contemplava a parte estrutural. Pela nossa experiência, a estrutura de concreto e a estrutura de metálica representavam cerca de 60% do custo da obra. Mais da metade desse custo estaria contemplado pelo valor de R\$3,5 milhões – valor realista e de mercado, tendo como base orçamentos concretos apresentados pelas empresas que nos ajudaram no projeto estrutural. Nosso orçamento total para a construção era de R\$ 7,5 milhões. Então, faltariam os outros 40% da obra, que seriam, entre outros, aplicados na elaboração de esquadrias, revestimentos, acabamentos e infra-estrutura, que certamente teriam um custo inferior ao que a Universidade dispunha para investir. Então, tínhamos base para discutir com a Reitoria, demonstrando que o orçamento não ultrapassava os R\$ 7,5 milhões.

**Jaqueline:** Qual é a questão de termos todo o projeto do campus como um plano diretor para orientar futuras expansões? Quando não existe esse plano desde o início, os acréscimos feitos geram arquiteturas de estilos diferentes, o espaço não é bem apropriado e acaba-se criando fluxos conflitantes. São problemas que vemos no dia-a-dia, como os famosos “puxadinhos”. E, no final, tudo se torna tão conflitante que uma edificação pode se tornar obsoleta. Ao não se fazer uma previsão dessas, pensando no futuro, não se trabalha bem com o dinheiro público.

**Carlos Eduardo:** Aparecem os nossos “PQ linhas”, os hotéis universitários, os alojamentos mal executados, entre outros. Já que tínhamos a oportunidade, quisemos evitar reproduzir esse tipo de resultado em Nova Iguaçu!

**Jaqueline:** Em nenhum momento nos recusamos a discutir, a repensar o projeto. Estivemos abertos ao diálogo, porque o arquiteto precisa ter essa flexibilidade com o cliente no seu dia-a-dia. O restaurante universitário, que o Reitor tinha como prioridade, foi a única questão que nos contrapomos, pois não havia sentido colocarmos um restaurante, com o porte que tem que ter, inserido no conjunto de ensino. Poderíamos fazer modificações possíveis, como posicioná-lo mais perto dos blocos de ensino, entre outras. Só que, na verdade,



*Modelo do projeto arquitetônico do novo Campus da UFRRJ em Nova Iguaçu, desenvolvido pelos professores do DAUIT. Da esquerda para a direita, em sentido horário: bloco de administrativo, bloco de acesso, biblioteca, área de convivência, restaurante universitário, conjunto de ensino e bloco de acesso.*

não tivemos nem essa oportunidade, porque nessa reunião que trouxemos a adaptação, o Prof. Edmundo, por algum motivo, já cogitou voltar a trabalhar no projeto antigo desenvolvido por ele. Não entendemos as razões, porque mostramos a viabilidade do nosso projeto. A partir daí, o Reitor chamou um arquiteto conhecido dele, e pediu uma opinião sobre o nosso projeto. O Prof. Carlos Eduardo pode relatar melhor os desdobramentos ocorridos a partir de então, pois não fui mais convidada para participar de nenhuma reunião.

### 3) Sobre a reunião com o Reitor:

**Carlos Eduardo:** Fui convocado pelo Reitor como Chefe de Departamento e não mais como arquiteto do projeto. O Diretor do Instituto de Tecnologia, Prof. Pedro Paulo de Oliveira Silva, também participou dessa reunião. Disse o Reitor no referido encontro que o arquiteto conhecido dele elogiou nosso projeto e observou que ele era qualitativamente superior ao do professor Edmundo. Entretanto, baseado na sua experiência profissional e em uma análise superficial arriscaria afirmar que só a construção do bloco de ensino ultrapassaria o valor teto destinado pelo MEC. Enfim, o Reitor, baseado nessa opinião, decidiu que não executaria o nosso projeto e que adotaria o do Prof. Edmundo, que na ocasião teria que ser todo refeito. Temos a certeza e a convicção de que nosso projeto não ultrapassaria o valor estabelecido inicialmente. Disse ao Reitor que respeitaria a decisão dele, pois cabe a ele esse poder. A partir de então, coloquei que o Curso de Arquitetura, o Departamento de Arquitetura, e o Escritório Técnico de Arquitetura e Urbanismo da UFRRJ passariam a não ter mais nenhum envolvimento com o projeto do novo Campus de Nova Iguaçu. Ofereci as instalações e a infraestrutura do Departamento porque esta é uma questão institucional. Deixei claro que a partir daquele momento o desenvolvimento do projeto passaria a ser uma iniciativa da Reitoria e do Prof. Edmundo, então responsável pelo novo projeto. A partir dessa reunião com o Reitor, nos retiramos e não temos hoje mais nenhum envolvimento com o projeto de Nova Iguaçu. Vi o projeto desenvolvido pelo Prof. Edmundo, publicado no *ADUR Informa* e ele apresenta características que são parecidas com o nosso, até porque ele convidou a arquiteta que trabalhou conosco para participar do novo projeto. Fica evidente que o atual projeto incorpora vários elementos do nosso, elementos esses, que foram desenvolvidos tendo como base muita pesquisa realizada por nós.

**Jaqueline:** Não compreendemos as decisões tomadas, pois a parte mais complicada do orçamento já tinha sido feita! Desde o início o responsável pelo orçamento era o Prof. Edmundo. Tínhamos a limitação do tempo, e ele foi o intermediário com o MEC, com a Prefeitura de Nova Iguaçu. Seria mais fácil ele brigar por esse projeto, porque poderíamos adaptá-lo as novas exigências feitas. Mesmo já tendo a parte mais complexa do orçamento na mão, ele se negou a fechar o orçamento do que faltava. Tanto que a

gente não tem até hoje o valor final do orçamento do bloco de ensino adaptado.

**Carlos Eduardo:** A finalidade maior era utilizar o projeto como laboratório vivo para nossos alunos, para que participassem de um projeto efetivamente executado. Tinha todo um princípio e uma filosofia, já que não aceitamos participar disso à toa. Aceitamos porque havia um vínculo com o ensino, a pesquisa, e com os estudantes do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade. O projeto traduzia todo o conhecimento que constantemente passamos aos alunos. Entendemos que o aluno reconhece o valor do professor quando este é capaz de traduzir profissionalmente o que ensina em sala de aula.

**Jaqueline:** Ficamos numa situação muito difícil perante o CBCA! Fomos para São Paulo com passagens custeadas pela Diretoria do IT, sensível as nossas angústias com os compromissos assumidos. O professor Edmundo não quis pleitear à Reitoria esses recursos justamente quando precisamos assumir o compromisso de fazer a interface entre o projeto de estrutura e o projeto de arquitetura.

**Carlos Eduardo:** Principalmente quando ocorrem declarações como as apresentadas ao *Adur Informa* nº 85. Então, gostaríamos que a Reitoria apresentasse o orçamento do nosso projeto e o do Prof. Edmundo, para que se fizesse um contraponto entre os custos de um projeto e do outro, para termos noção nítida de qual projeto em termos de custo seria melhor para a UFRRJ. Pela minha experiência como arquiteto posso afirmar que o projeto apresentado pelo professor Edmundo custa perto de R\$ 10 milhões, ou mais do que isso! Também não existe nenhum estagiário do Curso de Arquitetura trabalhando no atual projeto, como foi divulgado. Existe uma funcionária nossa, que também é aluna do Curso, que está prestando serviço junto com a arquiteta Roberta a convite do Prof. Edmundo. Ela está atuando nesse projeto como funcionária do DAU/IT.

**Jaqueline:** Envolvemos-nos nesse projeto durante a greve dos professores, no período de férias, véspera de Natal, Ano Novo, Carnaval... Os alunos questionam constantemente: - em sala de aula vocês dizem que a gente tem que trabalhar com uma realidade orçamentária do cliente; como é que o projeto de vocês se torna inviável? Temos na UFRRJ um curso novo, que vem sendo bastante procurado, e nos empenhamos muito para fazer esse Curso crescer e ser reconhecido lá fora. Declarações como as que foram dadas são irresponsáveis e podem prejudicar o crescimento do Curso. Nossos alunos ficaram muito chateados com tudo isso, pois esclarecemos o que aconteceu quando nos indagaram, já que segundo informaram, esse assunto já vinha sendo discutido entre eles na Internet.

**Carlos Eduardo:** Nesse projeto, havia horas de pesquisa e elaboração de projeto. Hoje nos perguntamos se vale à pena continuar trabalhando em demandas internas da Universidade, se vamos ser desprestigiados a vida toda... Fizemos uma reunião de Departamento para informar sobre o que aconteceu em relação ao projeto do Campus de Nova Iguaçu, e houve a decisão de se encaminhar ao Conselho Universitário para que a comunidade universitária tenha conhecimento dos desdobramentos ocorridos. Nessa reunião, foram apresentadas as versões do Prof. Edmundo e a nossa, que constam de ata.

Há uma demanda de projetos direcionada para Universidade e o Município e que vem sendo atendida pelos alunos do Curso de Arquitetura e Urbanismo, em seus trabalhos de final de curso como, por exemplo, um estudo sobre acessibilidade para deficientes físicos nos prédios que compõem o conjunto histórico do Campus de Seropédica. Outro projeto desenvolvido pelos alunos em seus TFG's é a construção de um Hospital em Seropédica. É, portanto, um Curso que dá retorno social à Universidade e ao Município, com ações direcionadas para o local e para a comunidade. O Curso de Arquitetura e Urbanismo precisa ser respeitado!

## Arraial da ADUR-RJ

A Festa Julina da Associação dos Docentes da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro acontecerá no próximo dia 27 de julho (quinta-feira), a partir das 16 horas.

Esta será uma festa para toda a família, com o show da banda *Forró de Corda* e grande variedade de comidas típicas. A entrada é gratuita.

Este é um momento de confraternização do nosso Sindicato e dos nossos filiados. Participe desta celebração e traga a sua família para a Festa Julina da ADUR-RJ!

Compareça! Sua presença é importante para o sucesso do nosso Arraial!

FOTO: ALINE PEREIRA



Festa Julina da ADUR-RJ será no dia 27 de julho, a partir das 16 horas. Venha e traga a sua família!

### EXPEDIENTE

ADUR INFORMA – PUBLICAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRRJ

END.: RODOVIA BR 465, Km 7 – CAMPUS DA UFRRJ – SEROPÉDICA, R.J.

CAIXA POSTAL: 74.537 – CEP: 23.851-970.

TELEFAX: (21)2682-1379 ou (21)2682-1005.

E-MAIL: ADURRJ@ADUR-RJ.ORG.BR

CONSELHO EDITORIAL: ABNER CHIQUIERI, ADIVALDO HENRIQUE DA FONSECA, CÉLIA REGINA OTRANTO, FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA, FREDERICO JOSÉ FALCÃO, LENICIO GONÇALVES E LUIS MAURO SAMPAIO MAGALHÃES.

REDAÇÃO E DIAGRAMAÇÃO: ALINE PEREIRA (REG. PROFISSIONAL 25163 Mtb)

FOTOLITO E IMPRESSÃO: TIPOLOGICA COMUNICAÇÃO INTEGRADA

TIRAGEM: MIL EXEMPLARES

